



Revisação®

COORDENAÇÃO
ROGÉRIO SANCHES CUNHA
LEANDRO BORTOLETO
PAULO LÉPORE

Carreiras Policiais

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

12º | Revista
edição | atualizada
ampliada

2026

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



Direito Ambiental

**Rafael Costa Freiria e
Taisa Cintra Dosso**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES

Distribuição das questões organizada por ordem didática de assuntos		
Assunto	Número de Questões	Peso
1. MEIO AMBIENTE: HISTÓRICO, CONCEITO, PRINCÍPIOS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL	8	16,33%
2. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA – LEI Nº 6.938/1981	3	6,12%
3. PODER DE POLÍCIA, LICENCIAMENTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS (EIA)	4	8,16%
4. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO	10	20,41%
5. RECURSOS HÍDRICOS	1	2,04%
6. RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL POR DANOS AMBIENTAIS/ TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE	20	40,82%
7. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	2,04%
8. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO – BIOSSEGURANÇA	1	2,04%
9. CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DE GOIÁS	1	2,04%
Total	49	100%

Direito Ambiental

Rafael Costa Freiria e
Taisa Cintra Dosso

✦ QUESTÕES

1. MEIO AMBIENTE: HISTÓRICO, CONCEITO, PRINCÍPIOS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL

01. (CEBRASPE – 2025 – PC/CE – Delegado) A inversão do ônus da prova em matéria ambiental é corolário do princípio

- a) da vedação ao retrocesso ambiental.
- b) da prevenção.
- c) da precaução.
- d) do risco integral.
- e) do poluidor-pagador.

COMENTÁRIOS

a) **Alternativa Incorreta:** O princípio da vedação ao retrocesso ambiental prevê que leis não reduzam a proteção já existente ao meio ambiente, preservando os direitos conquistados e um nível mínimo de qualidade ambiental. Reforça que o legislador não pode diminuir a efetividade dos direitos socioambientais já estabelecidos, assegurando estabilidade às conquistas e proteção para as futuras gerações. Não tem uma relação direta com a inversão do ônus da prova, mas em determinados casos específicos pode haver alguma correlação. Portanto, não se pode afirmar que a inversão do ônus da prova é corolário do princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

b) **Alternativa Incorreta:** O princípio da prevenção determina que se adotem medidas antecipadas para evitar a ocorrência de danos ambientais cuja ocorrência é previsível. Assim, quando já se conhece o risco de que determinada conduta possa causar prejuízos ao meio ambiente, a atuação deve ser antecipada, de modo a impedir que tais danos ocorram. Não tem uma relação direta com a inversão do ônus da prova, mas em determinados casos específicos pode haver alguma correlação. Portanto, não se pode afirmar que a inversão do ônus da prova é corolário do princípio da prevenção.

c) **Alternativa Correta:** O princípio da precaução estabelece que medidas de proteção ao meio ambiente devem ser adotadas mesmo quando não houver certeza científica absoluta acerca dos riscos envolvidos. Portanto, essa incerteza, não pode servir de argumento para a omissão na adoção de medidas destinadas a prevenir danos potencialmente graves e irreversíveis. Com base nesse princípio, o STJ

julgou o REsp 883.656, que, por sua vez, foi precedente para a edição da Súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça, sendo estabelecido que a inversão do ônus da prova se aplica às ações de degradação ambiental e que, diante do dever geral de proteção do meio ambiente, o princípio da precaução impõe que, em atividades potencialmente poluidoras, cabe ao empreendedor demonstrar que a sua conduta não traz prejuízos ao meio ambiente.

d) **Alternativa Incorreta:** O princípio do risco integral determina que a responsabilidade objetiva por danos ambientais é de quem exerce a atividade de risco, independentemente de culpa. Ou seja, estabelece que todo risco ligado à atividade, direto ou indireto, deve ser assumido por quem a pratica. Isso significa que, ainda que o dano resulte de fatores externos, como fenômenos naturais, o simples fato de existir a atividade de risco já a vincula ao resultado. Assim, basta comprovar o nexo entre a atividade e o dano para que surja o dever de indenizar, sem que se admita excludentes como caso fortuito ou força maior.

Apesar de ter uma relação próxima com a inversão do ônus da prova, não se pode afirmar que a inversão do ônus da prova é corolário do princípio do risco integral.

e) **Alternativa Incorreta:** O princípio do poluidor-pagador trata da responsabilização pelo dano ambiental e do custeio da reparação desse dano. Ou seja, estabelece que quem causa o dano ambiental deve arcar com os custos de repará-lo, desobrigando o Estado dessa obrigação e a sociedade do prejuízo.

Alternativa correta: “c”.

02. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado) Acerca dos princípios do direito ambiental, julgue os itens a seguir, com base nas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- I O princípio da prevenção impede o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração.
 - II O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta os princípios da prevenção, da precaução e da proibição de retrocesso em matéria socioambiental.
 - III Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura e do favor debilis.
- Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

COMENTÁRIOS

Item I Alternativa correta: Na ADI n.º 6.650, o STF declarou a inconstitucionalidade de normas que permitiam a dispensa e a simplificação do licenciamento ambiental em atividades de mineração. A Corte entendeu que a norma estadual violava a competência legislativa da União, além de afrontar o princípio da prevenção e a garantia constitucional de proteção ao meio ambiente, por estabelecer um procedimento menos rigoroso do que o previsto na legislação federal. *“É inconstitucional norma estadual que estabelece hipóteses de dispensa e simplificação do licenciamento ambiental para atividades de lavra a céu aberto por invadir a competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção do meio ambiente, nos termos previstos no art. 24, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal. Vale ressaltar também que o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração afronta o caput do art. 225 da Constituição por inobservar o princípio da prevenção”*. (ADI n.º 6.650/SC, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 26/4/2021, Informativo n.º 1.014).

II Alternativa correta: Na ADI n.º 4.529, o STF declarou inconstitucional dispositivos de lei que permitia o afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, afrontando o Art. 225 da CF/88: *“O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta o art. 225 da Constituição da República. Empreendimentos e atividades econômicas apenas serão considerados lícitos e constitucionais quando subordinados à regra de proteção ambiental. A atuação normativa estadual flexibilizadora caracteriza violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e afronta a obrigatoriedade da intervenção do Poder Público em matéria ambiental. Inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução. Inconstitucionalidade material caracterizada [...]”* (ADI n.º 4.529/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 21/11/2022, Informativo n.º 1.076).

III Alternativa correta: O STJ, no REsp n.º 1.071.741/SP, decidiu que *“Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura, e do favor debilis, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental. Precedentes do STJ [...]”* (REsp n.º 1.071.741/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 24/3/2009). O enunciado da questão traz exatamente o decidido no julgado acima. Portanto, alternativa correta.

Portanto, a alternativa correta é letra E – Todos os itens estão certos.

Alternativa correta: “e”

03. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado) Acerca dos princípios do direito ambiental, julgue os itens a seguir, com base nas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- I. O princípio da prevenção impede o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração.
 - II. O afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta os princípios da prevenção, da precaução e da proibição de retrocesso em matéria socioambiental.
 - III. Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura e do favor debilis.
- Assinale a opção correta.
- a) Apenas o item I está certo.
 - b) Apenas o item II está certo.
 - c) Apenas os itens I e III estão certos.
 - d) Apenas os itens II e III estão certos.
 - e) Todos os itens estão certos.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “e”. Todos os itens estão corretos.

Item I: Está correto, pois o princípio da prevenção, que decorre implicitamente do artigo 225 da CF, preconiza que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível. Assim, está correto afirmar que o princípio da prevenção impede o estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração.

Item II: Está correto, pois os princípios da prevenção e da precaução preconizam que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível, seja o risco certo (prevenção) ou ainda que não haja certeza científica sobre sua existência (precaução), bem como pelo princípio da vedação do retrocesso ambiental, salvo se houver significativa alteração das circunstâncias de fato, não se pode admitir o retrocesso da proteção ambiental para níveis inferiores, já consagrados. Portanto, o afastamento do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras afronta os princípios da prevenção, da precaução e da proibição de retrocesso em matéria socioambiental.

Item III: Está correto, o enunciado apresenta as característica da responsabilização civil em matéria ambiental na reparação de danos: natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura e do favor debilis; no caso, essas últimas características, respectivamente, buscam tentar voltar a situação à condição ambiental anterior à ocorrência do dano, e consideram, na relação jurídica reparatória, o meio ambiente como parte mais frágil pelo fato da não reparação ser suportada por um grupo difuso de pessoas.

04. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado) Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do meio ambiente, assinale a opção correta.

- a) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente.
- b) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas integram o rol de competências exclusivas da União.

- c) A União, mediante lei complementar, poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas acerca de florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- e) Embora todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações é imposto privativamente ao poder público.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “d”. Nos termos do artigo 225, § 3º, da CF, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Alternativa “a”: Está errada, pois nos termos do artigo 5º, inciso LXXIII da CF, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, e não ação civil pública, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência. O rol dos legitimados para propor ação civil pública estão previstos artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e são o Ministério Público, a União Federal, os Estados-membros, os municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações, as sociedades de economia mista e, ainda, as associações que tenham sido constituídas há pelo menos um ano e que tenham entre seus objetivos institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, a livre concorrência, ao patrimônio histórico, ao patrimônio turístico, ao patrimônio artístico, ao patrimônio paisagístico e ao patrimônio estético.

Alternativa “b”: Está errada, pois nos termos do artigo 23, VI, da CF, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Alternativa “c”: Está errada, pois nos termos do artigo 24, VI, CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Alternativa “e”: Está errada, pois nos termos do art. 225 da CF, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

05. (FGV – Delegado de Polícia – PC – AM/2022) A Constituição da República, em seu Art. 225, dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A parte final do dispositivo deixa claro que as presentes gerações devem observar a preservação do meio ambiente, adotando políticas ambientais que permitam às presentes e futuras gerações a utilização do meio ambiente,

não podendo usufruir dos recursos ambientais de forma a privar seus descendentes desses recursos naturais. Trata-se do princípio de Direito Ambiental do(a)

- a) poluidor-pagador.
- b) solidariedade intergeracional.
- c) prevenção.
- d) usuário-pagador.
- e) precaução.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta “b”: Segundo o princípio da solidariedade intergeracional as atuais gerações devem preservar o meio ambiente para as presente e futura gerações, mediante a utilização racional dos recursos ambientais. Está previsto no artigo 225 da CF. Também conhecido como princípio da responsabilidade ambiental entre gerações.

Alternativa “a”: Está errada. O princípio do poluidor-pagador prevê a responsabilidade do poluidor pelos custos ambientais advindos de sua atividade econômica ambientalmente impactante. Agrega-se esse valor no custo produtivo da atividade. Portanto, a vocação retributiva do Direito Ambiental se expressa no princípio do poluidor-pagador.

Alternativa “c”: Está errada, pois o princípio da prevenção preconiza que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível. O princípio se volta ao cuidado ambiental de atividades com risco conhecido ou certo, em que há certeza científica.

Alternativa “d”: Está errada, pois o princípio do usuário-pagador prevê a **responsabilidade do poluidor pelos custos ambientais advindos de sua atividade econômica ambientalmente impactante**. Agrega-se esse valor no custo produtivo da atividade. Este princípio determina a incidência do regime jurídico da **responsabilidade civil objetiva por danos ambientais**, conforme previsão do artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981.

Alternativa “e”: Está errada, pois o princípio da precaução preconiza que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível, ainda que não haja certeza científica sobre sua existência. O princípio se volta ao cuidado ambiental de atividades com risco desconhecido ou incerto, aplicando-se o postulado in dubio pro natura.

Alternativa correta: letra “b”.

06. (AOCF – Delegado de Polícia – PC – PA/2021) A respeito da tutela constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição são medidas de iniciativa exclusiva da União.
- b) A responsabilidade por dano ao meio ambiente é matéria cuja competência legislativa compete concorrentemente à União e aos Estados, excluídos os Municípios.
- c) A Constituição de 1988 determina àqueles que exploram recursos minerais a elaboração e o cumprimento de um plano de controle ambiental, com o objetivo de minimizar os impactos destrutivos provocados por essa atividade ao meio ambiente.
- d) As terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado em ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas, são consideradas disponíveis.

- e) A natureza jurídica do meio ambiente é de bem de uso comum do povo, razão pela qual segue o regime jurídico de bem público, sendo inalienável.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “d”. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (art. 225, §5º, CF).

Alternativa “a”: Está errada. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (art. 23, VI, CF).

Alternativa “b”: Está errada. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (art. 24, VIII, CF). O Município tem competência para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição, quando se tratar de interesse local (STF, RE 194.704, 2017).

Alternativa “c”: Está errada. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei (art. 225, §2º, CF). O equívoco está na afirmação de que a CF impõe a elaboração do Plano de Controle Ambiental. A previsão decorre do art. 5º, Resolução CONAMA 009/90, a qual regula as normas para extração mineral: “A Licença de Instalação deverá ser requerida ao meio ambiental competente, ocasião em que o empreendedor deverá apresentar o Plano de Controle Ambiental-PCA, que conterá os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados na fase da LP, acompanhado dos demais documentos necessários.”

Alternativa “e”: Está errada. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, CF). Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, nos termos do artigo 100 do Código Civil

07. (FGV – Delegado de Polícia – PC – RN/2021) A vocação redistributiva do Direito Ambiental indica que o poluidor deve responder pelos custos sociais externos que acompanham o processo produtivo, ou seja, pela poluição ou degradação que causa ao desenvolver suas atividades. Assim, o ordenamento jurídico busca a internalização dos prejuízos ambientais, de maneira que aquele que internaliza e se beneficia com o lucro, deve arcar e internalizar também os prejuízos que causou, por força do princípio:

- a) da prevenção, que garante a integral reparação dos danos ambientais à coletividade, titular do direito difuso;
- b) da precaução, que prevê, com base científica, os danos ambientais que serão causados e já os mitiga;
- c) do poluidor-pagador, que visa a impedir a privatização dos lucros e a socialização das perdas;
- d) da solidariedade intergeracional, que determina que a atual geração arque integralmente com os danos pretéritos causados;

- e) da função socioambiental da propriedade, que permite a desapropriação quando o dano ambiental não for integralmente reparado.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “c”. O princípio do poluidor-pagador prevê a responsabilidade do poluidor pelos custos ambientais advindos de sua atividade econômica ambientalmente impactante. Agrega-se esse valor no custo produtivo da atividade. Portanto, a vocação retributiva do Direito Ambiental se expressa no princípio do poluidor-pagador.

Alternativa “a”: Está errada, pois o princípio da prevenção preconiza que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível. O princípio se volta ao cuidado ambiental de atividades com risco conhecido ou certo, em que há certeza científica.

Alternativa “b”: Está errada, pois o princípio da precaução preconiza que o ente ambiental deve impor medidas para se evitar o dano ambiental, pois que muitas vezes é irreversível, ainda que não haja certeza científica sobre sua existência. O princípio se volta ao cuidado ambiental de atividades com risco desconhecido ou incerto, aplicando-se o postulado *in dubio pro natura*.

Alternativa “d”: Está errada. Segundo o princípio da solidariedade intergeracional as atuais gerações devem preservar o meio ambiente para as presente e futura gerações, mediante a utilização racional dos recursos ambientais. Está previsto no artigo 225 da CF. Também conhecido como princípio da responsabilidade ambiental entre gerações.

Alternativa “e”: Está errada. A propriedade urbana e rural deve preservar o meio ambiente, cumprindo sua função socioambiental. O princípio decorre dos artigos 5º, XXII, XXIII, 170, II e III e 186 da CF

08. (UEG – Delegado de Polícia – PC – GO/2018) Ao asseverar sobre a proteção do meio ambiente, a Constituição Federal de 1988

- a) adotou uma visão estrita para o vocábulo “meio ambiente”, pois reconhece a proteção do patrimônio natural em seu artigo 225.
- b) deixou de aludir expressamente ao desenvolvimento sustentável, apesar de ele poder ser inferido do artigo 170, VI, quando se refere ao meio ambiente como princípio que rege a ordem econômica.
- c) buscou limitar as atividades nucleares, ao exigir que o licenciamento ambiental de novas usinas dependa de lei estadual específica, por meio da qual se defina sua localização.
- d) recepcionou a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, ao exigir o relatório ambiental preliminar de todos os empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.
- e) ensinou uma maior flexibilidade para a definição, a manutenção e a modificação dos limites de unidades de conservação da natureza, o que pode ser feito por ato do Poder Executivo.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A Constituição Federal não adotou uma visão estrita para o vocábulo “meio ambiente”. Reconhece a proteção do patrimônio natural no artigo 225, mas fala também das outras dimensões do meio ambiente em diversos outros dispositivos como o meio ambiente artifi-

cial no artigo 182, o meio ambiente cultural nos artigos 215, 216 e 216-A e o meio ambiente laboral no artigo 200, inciso VIII, todos da Constituição Federal. Portanto, a Constituição Federal adotou uma visão ampla para o vocábulo “meio ambiente”.

Alternativa “b”: Dispõe o artigo 170 da Constituição Federal que: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. O princípio do desenvolvimento sustentável visa “à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”, conforme artigo 4º, inciso I, da Lei nº 6.938/1981. Pela leitura dos artigos acima, é possível concluir que embora a Constituição Federal deixou de aludir expressamente ao desenvolvimento sustentável, ele pode ser inferido do artigo 170, VI, quando se refere ao meio ambiente como princípio que rege a ordem econômica.

Alternativa “c”: Dispõe o artigo 225, § 6º, da CF que “As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas”.

Alternativa “d”: Dispõe o artigo 225, § 1º, IV que incumbe ao Poder Público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Assim, a CF recepcionou a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, entretanto exigiu estudo prévio de impacto ambiental, e não o relatório ambiental preliminar, de todos os empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

Alternativa “e”: Dispõe o artigo 225, § 1º, III que incumbe ao Poder Público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”. Desse modo, conclui-se que a Constituição não flexibilizou, mas endureceu os limites de unidades de conservação da natureza determinado que a alteração e a supressão serão permitidas somente através de lei e não por ato do Poder Executivo.

Alternativa correta: letra “b”.

2. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA – LEI Nº 6.938/1981

09. (FUNCAB – Delegado de Polícia – PA/2016) Quanto ao instituto da servidão ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), assinale a alternativa correta.

- a) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 (dez) anos.

- b) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- c) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, que pretender instituir servidão ambiental apenas poderá fazê-lo por instrumento público.
- d) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula do imóvel que contiver a menor cobertura vegetal.
- e) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no máximo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: pois o prazo mínimo é de 15 e não de 10 anos. Nesse sentido, art. 9º-B, § 1º, da citada lei: “O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos”.

Alternativa “b”: Segundo o art. 9º-B, da Lei n. 6938/81, “a servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua”.

Alternativa “c”: O art. 9º-A da Lei n. 6938/81 diz que “o proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. Portanto, é possível instituir servidão ambiental por instrumento público e também por instrumento particular, estando a alternativa incorreta.

Alternativa “d”: Diz o art. 9º-A, § 5º da lei em comento que “na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos”, portanto, não apenas daquele que contiver a menor cobertura vegetal, razão pela qual a alternativa está errada.

Alternativa “e”: Nos termos do art. 9º-A § 3º da lei em questão, “a restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal”. Portanto, a lei estabelece a restrição máxima e não mínima.

Alternativa correta: “b”.

10. (Cespe – Delegado de Polícia – PE/2016) O órgão consultivo e deliberativo responsável pelo SISNAMA e pelo SNUC é o

- a) Ministério do Meio Ambiente.
- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- c) Instituto Chico Mendes.
- d) IBAMA.
- e) Conselho de Governo.

COMENTÁRIOS

✪ **Nota do autor:** Sempre que edital pede sobre Política Nacional do Meio Ambiente nos concursos, o estudo pormenorizado da lei é aconselhado.

Alternativa “a”: pelo artigo 6º, III da Lei nº 6.938/81 e artigo 6º, II da Lei nº 9.985/00 o Ministério do Meio Ambiente é o órgão central, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, bem como o SNUC.

Alternativa “b”: de acordo com o artigo 6º, II da Lei nº 6.938/81, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, possui a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Já segundo o disposto no artigo 6º, I da Lei nº 9.985/00 o CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo responsável pelo acompanhamento da implantação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Alternativa “c” e “d”: O Instituto Chico Mendes, assim como o IBAMA são órgãos executores (Lei nº 9.985/00, artigo 6º, III e Lei nº 6.938/81, artigo 6º, IV).

Alternativa “e”: O Conselho de Governo atua como órgão superior, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais (artigo 6º, I da Lei nº 6.938/81).

Alternativa correta: letra “b”.

11. (Cespe – Delegado de Polícia – PE/2016) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) é uma

- sociedade de economia mista criada pela União.
- empresa pública federal.
- autarquia federal.
- fundação pública de direito público.
- instituição da administração direta do Poder Executivo federal.

COMENTÁRIOS

✪ **Nota do autor:** a questão não requer conhecimento aprofundado de matéria ambiental, limitando-se a questionar a natureza do Instituto Chico Mendes – Lei nº 11.516/2007.

Alternativa “c” responde todas as demais alternativas: a lei que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (nº 11.516/2007) em seu artigo 1º estipulou que este seria uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Alternativa correta: letra: “c”.

3. PODER DE POLÍCIA, LICENCIAMENTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS (EIA)

12. (AOCP – Delegado de Polícia – PC – PA/2021) Assinale a alternativa correta.

- Dentro do procedimento de licenciamento ambiental, qualquer obra ou atividade necessitará da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que será exigido pelas entidades e pelos órgãos ambientais, para que seja autorizada a sua instalação.
- O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.
- O Estudo Prévio de Impacto Ambiental será exigido pelo Poder Executivo quando a atividade ou o empreendimento for potencial causador de significativo impacto ambiental, e será custeado pelo empreendedor.
- Nos termos da Lei Complementar 140/2011, está entre as ações próprias dos Estados- membros localizados

nas fronteiras territoriais brasileiras promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos conjuntamente no território brasileiro e em país limítrofe.

- Nos termos da Lei Complementar 140/2011, constitui objetivo fundamental da União proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão centralizada e eficiente.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “c”. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é uma modalidade mais complexa de estudos ambientais, previsto no artigo 225 § 1º, inciso VI, da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, nos termos do art. 8º, da Resolução 237-CONAMA. Portanto, a alternativa está correta.

Alternativa “a”: Está errado. O Estudo de Impacto Ambiental é exigindo exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Dentro do procedimento de licenciamento ambiental, apenas a obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente necessitará da realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Alternativa “b”: Está errada. O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva referida no art. 15, conforme art. 14, §3º, LC 140/11.

Alternativa “d”: Está errada. São ações administrativas da União: XIV – promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe (art. 7º, XIV, “a”, LC 140/11).

Alternativa “e”: Está errada. Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar: I – proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente (art. 3º, I, LC 140/11).

13. (FGV – Delegado de Polícia – PC – RN/2021) De acordo com a Constituição da República de 1988, a competência material ambiental é comum a todos os entes da federação, a quem cabe proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Para tal, os entes devem atuar de forma coordenada, cooperando uns com os outros, para não haver desperdício de forças e recursos. Nesse contexto, a Lei Complementar nº 140/2011 dispõe que os entes federativos podem valer-se, entre outros, do seguinte instrumento de cooperação institucional:

- estudo de impacto ambiental com prevalência dos interesses locais, para prevenir crimes ambientais;
- estudo de impacto de vizinhança com prevalência dos interesses regionais, para prevenir delitos ambientais de menor potencial ofensivo;

- c) licenciamento ambiental com prevalência dos interesses locais, para prevenir crimes ambientais de médio e grande impacto definidos na referida lei;
- d) acordo de cooperação técnica para vistorias, vedada, em qualquer caso, a delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro;
- e) delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos na referida lei.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “e”. O artigo 4º, da Lei Complementar n. 140/11 dispõe que “Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: I – consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor; II – convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal; III – Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal; IV – fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos; V-) delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar; VI – delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Alternativa “a”: Está errado, pois o artigo 4º, da Lei Complementar n. 140/11 não elenca o estudo de impacto ambiental como um dos instrumentos de cooperação institucional. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é uma modalidade mais complexa de estudos ambientais, previsto no artigo 225 § 1º, inciso VI, da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Alternativa “b”: Está errado, pois o artigo 4º, da Lei Complementar n. 140/11 não elenca o estudo de impacto de vizinhança como um dos instrumentos de cooperação institucional. O Estudo de Impacto de Vizinhança é o instrumento previsto no Estatuto das Cidades (Lei n. 10.157/2001) que permite ao Estado exigir, previamente, de obras de grande porte a adoção de medidas mitigadoras ou compensatórias a possíveis impactos negativos decorrentes das construções no ambiente urbano.

Alternativa “c”: Está errado, pois o artigo 4º, da Lei Complementar n. 140/11 não elenca o licenciamento ambiental como um dos instrumentos de cooperação institucional. O licenciamento é um procedimento administrativo (artigo 1º, inciso I, da Resolução Conama nº 237/1997 e artigo 2º, inciso I, da LC nº 140/2011) exigido na construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental (artigo 10, *caput*, da Lei nº 6.938/1981).

Alternativa “d”: Está errada, pois nos termos do artigo 4º, inciso “VI, da LC 140/11, “Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: (...) VI – delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar. Ou seja, não é vedada a delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro.

14. (UEG – Delegado de Polícia – PC – GO/2018) A empresa “BC Industrial” funciona regularmente licenciada há dez anos e está com sua licença de operação vencida desde 31 de janeiro de 2017. Munido dos documentos técnicos legalmente exigidos, o empreendedor requereu, em 1º de outubro de 2016, a renovação da licença perante o órgão estadual de meio ambiente. Não houve, entretanto, resposta sobre esse pleito. Neste caso,

- a) verifica-se a prática de infração administrativa ambiental, pois a licença de operação encontra-se vencida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
- b) o pleito de renovação deverá ser negado pelo órgão ambiental, pois deveria haver sido requerido com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias úteis do vencimento da licença.
- c) a empresa estará em situação regular enquanto o órgão ambiental não se pronuncie sobre o pedido de renovação da licença de operação.
- d) há direito líquido e certo do empreendedor à renovação da licença de operação, já que comprovou, perante o órgão ambiental, atender a todos os requisitos técnicos para o funcionamento da atividade.
- e) deve-se protocolar novo requerimento perante o órgão ambiental, diante da prescrição intercorrente que se operou no processo, que está sem decisão há mais de 1 (um) ano.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Os enunciados desta questão exigem o conhecimento do previsto no Art. 14 da Lei Complementar n. 140/2011: os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sendo que o § 4º do referido artigo determina que: a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. Portanto, não há que se falar em infração administrativa para o caso.

Alternativa “b”: O necessário prazo de antecedência, previsto no artigo mencionado acima, foi atendido.

Alternativa “c”: Por todo o comentado para alternativas anteriores, a situação correta é exatamente esta: a empresa estará em situação regular enquanto o órgão ambiental não se pronuncie sobre o pedido de renovação da licença de operação.

Alternativa “d”: Pelo enunciado da questão não há como se direito líquido e certo do empreendedor à renovação da licença de operação, que apenas menciona que o pedido de renovação foi formulado e está em análise.

Alternativa “e”: Como comentado para a letra “a”, no Art. 14, § 4º da LC 140/2011, o prazo da licença fica automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, não ocorrendo prescrição intercorrente.

Alternativa correta: letra “c”.

15. (Cespe – Delegado de Polícia – PE/2016) Determinada sociedade empresária pretende realizar, no mar territorial que banha o município de Recife – PE, atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.

Nessa situação, de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, o licenciamento ambiental dessa atividade será promovido pelo(a)

- a) município de Recife ou, caso ele não possua órgão ambiental capacitado para promover esse licenciamento, pelo estado de Pernambuco.
- b) União.
- c) município de Recife.
- d) estado de Pernambuco.
- e) estado de Pernambuco ou, caso ele não possua conselho de meio ambiente, pela União.

COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** A Lei Complementar nº 140/2011 não é de estudo facilitado. Contudo, não é questionada com frequência nas provas de delegado.

Alternativa “b”: responde todas as demais alternativas: segundo estipula o artigo 7º, XIV, “b” compete à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, plataforma continental ou zona econômica exclusiva.

Alternativa correta: letra “b”.

4. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO

16. (CEBRASPE – 2025 – PC/CE – Delegado) Assinale a opção correspondente à categoria de unidade de conservação definida pela Lei n.º 9.985/2000 como área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e destinada ao objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o seu uso admissível, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- a) área de relevante interesse ecológico
- b) estação ecológica
- c) área de proteção ambiental
- d) reserva de desenvolvimento sustentável
- e) reserva particular do patrimônio natural

COMENTÁRIOS

Alternativa A – Alternativa Correta: A Lei do SNUC (Lei n.º 9.985/2000), divide as Unidades de Conservação em dois grupos distintos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) constitui o grupo das UCs de Uso Sustentável e está prevista no Art. 16, “A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza”. Comparando a alternativa com o que estabelecido na Lei, a alternativa está correta, reproduzindo o que previsto no dispositivo legal mencionado. Comentários sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico: pode ser constituída por terras públicas ou privadas. E, em

áreas privadas, podem ser estabelecidas normas e restrições de uso, desde que respeitados os limites constitucionais.

Alternativa B – Alternativa Incorreta: Prevista no Art. 9º do SNUC, a Estação Ecológica (ESEC) constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”. Comentários sobre a Estação Ecológica: é de posse e domínio públicos, sendo as áreas particulares incluídas em seus limites desapropriadas. A visitação pública é proibida, salvo em casos de objetivo educacional, previstos no Plano de Manejo ou em regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização do órgão gestor da UC e está sujeita a condições e restrições legais. Podem ser permitidas alterações nos ecossistemas somente em casos bem específicos.

Alternativa C – Alternativa Incorreta: Prevista no Art. 15 do SNUC, a Área de Proteção Ambiental (APA) constitui o grupo das Unidades de Uso Sustentável, e trata-se de “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. Comentários sobre a Área de Proteção Ambiental: pode ser constituída em terras públicas ou privadas. Em áreas privadas, podem ser estabelecidas normas e restrições de uso, desde que respeitados os limites constitucionais. A pesquisa científica e a visitação em áreas públicas dependem do que estabelecido pelo órgão gestor da UC e nas áreas privadas, cabem ao proprietário, desde que observadas as exigências e restrições legais. Dispõe de um Conselho Gestor, presidido pelo órgão que a administra e formado por representantes do poder público, da sociedade civil e da população residente.

Alternativa D – Alternativa Incorreta: A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) constitui o grupo das Unidades de Uso Sustentável e está prevista no Art. 20 do SNUC: “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. Comentários sobre a RDS: é de domínio público, podendo ocorrer desapropriação de áreas particulares incluídas em seus limites. O uso da terra pelas populações tradicionais é regulado pelo SNUC e em regulamentação específica. A UC é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão que a administra e constituído por representantes do poder público, da sociedade civil e das populações tradicionais. Permite visitação pública, pesquisa científica, manejo sustentável dos recursos naturais e o Plano de Manejo definirá seu zoneamento.

Alternativa E – Alternativa Incorreta: A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) constitui o grupo das Unidades de Uso Sustentável e está prevista no Art. 21 do SNUC: “A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”. Comentários sobre a RPPN: trata-se de uma área privada instituída por meio de um termo de compromisso firmado perante o órgão ambiental, averbado no Cartório de Registro de Imóveis. Tem a finalidade exclusiva a conservação da biodiversidade, sendo permitidas pesquisa científica e visitação com fins turísticos,

recreativos ou educacionais. O proprietário pode contar com apoio técnico e científico dos órgãos do SNUC no que tange à elaboração do Plano de Manejo ou de Proteção e Gestão da UC.

Alternativa correta: “a”.

17. (CEBRASPE – 2025 – PC/CE – Delegado) De acordo com o Código Florestal, o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais poderá ser permitido mediante prévia aprovação do

- a) sindicato de classe dos trabalhadores da agricultura.
- b) órgão estadual ambiental competente do SISNAMA.
- c) conselho estadual de meio ambiente.
- d) órgão municipal ambiental competente.
- e) órgão gestor de unidades de conservação competente.

COMENTÁRIOS

a) **Alternativa Incorreta:** Conforme parágrafo 38, inciso I, do Código Florestal (Lei 12.651/2012), a prévia aprovação para o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais não poderá ser permitido mediante prévia aprovação do sindicato de classe dos trabalhadores da agricultura, mas sim do órgão ambiental competente do SISNAMA.

b) **Alternativa correta:** Conforme parágrafo 38, inciso I, do Código Florestal (Lei 12.651/2012), “É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I – em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle”.

c) **Alternativa Incorreta:** Conforme parágrafo 38, inciso I, do Código Florestal (Lei 12.651/2012), a prévia aprovação para o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais não poderá ser permitido mediante prévia aprovação do conselho estadual de meio ambiente, mas sim do órgão ambiental competente do SISNAMA.

d) **Alternativa Incorreta:** Conforme parágrafo 38, inciso I, do Código Florestal (Lei 12.651/2012), a prévia aprovação para o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais não poderá ser permitido mediante prévia aprovação do conselho municipal ambiental competente, mas sim do órgão ambiental competente do SISNAMA.

e) **Alternativa Incorreta:** Conforme parágrafo 38, inciso I, do Código Florestal (Lei 12.651/2012), a prévia aprovação para o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais não poderá ser permitido mediante prévia aprovação do órgão gestor de unidade de conservação competente, mas sim do órgão ambiental competente do SISNAMA.

Alternativa correta: “b”.

18. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado) Segundo a Lei n.º 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a unidade de conservação que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação

e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico é denominada

- a) estação ecológica.
- b) monumento natural.
- c) parque nacional.
- d) refúgio de vida silvestre.
- e) reserva biológica.

COMENTÁRIOS

a) **Alternativa Incorreta:** Prevista no Art. 9º do SNUC, a Estação Ecológica constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”. Comentários sobre a Estação Ecológica: é de posse e domínio públicos, sendo as áreas particulares incluídas em seus limites desapropriadas. A visitação pública é proibida, salvo em casos de objetivo educacional, previstos no Plano de Manejo ou em regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização do órgão gestor da UC e está sujeita a condições e restrições legais. Podem ser permitidas alterações nos ecossistemas somente em casos bem específicos.

b) **Alternativa Incorreta:** Previsto no Art. 12º do SNUC, o Monumento Natural constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica”. Comentários sobre o Monumento Natural: pode incluir áreas particulares, desde que compatíveis com os objetivos da unidade; mas se houver incompatibilidade ou falta de concordância do proprietário, a área deverá ser desapropriada. A visitação pública é permitida, mas está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo, às normas do órgão gestor e às previstas em regulamento.

c) **Alternativa Correta:** Previsto no Art. 11 do SNUC, o Parque Nacional constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Comentários sobre o Parque Nacional: a posse e o domínio são públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A visitação pública é permitida, mas está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo, às normas do órgão gestor e às previstas em regulamento. A pesquisa científica também é permitida, mas depende de autorização prévia do órgão gestor e está sujeita às condições e restrições estabelecidas em regulamento. Quando criadas pelo Estado, as UCs serão chamadas de Parque Estadual e, quando criadas pelo município, serão chamadas de Parque Municipal.

d) **Alternativa Incorreta:** Previsto no Art. 13 do SNUC, o Refúgio de Vida Silvestre constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória”. Comentários sobre o Refúgio de Vida Silvestre: áreas particulares podem ser incluídas em seus limites, desde que compatíveis com os objetivos da UC, caso contrário, haverá desapropriação. A visitação pública é permitida, mas está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano

de Manejo, às normas do órgão gestor e às previstas em regulamento. A pesquisa científica também é permitida, mas depende de autorização prévia do órgão gestor e está sujeita às condições e restrições estabelecidas em regulamento.

e) **Alternativa Incorreta:** Previsto no Art. 10 do SNUC, a Reserva Biológica constitui o grupo das Unidades de Proteção Integral e, conforme *caput* do artigo, “A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”. Comentários sobre a Reserva Biológica: a posse e o domínio são públicos e as áreas privadas incluídas dentro dos limites devem ser desapropriadas. É proibida a visitação, exceto quando possui objetivo educacional e a pesquisa científica é permitida, mas depende de autorização prévia do órgão gestor e está sujeita às condições e restrições estabelecidas em regulamento.

Alternativa correta: “c”.

- 19. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado)** Nos termos da Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal), a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, bem como facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, é denominada
- Amazônia Legal.
 - área de preservação permanente.
 - área rural consolidada.
 - área verde urbana.
 - reserva legal.

COMENTÁRIOS

a) **Alternativa Incorreta:** Conforme Art. 3º, inciso I, “Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão”. Não condiz com o descrito no enunciado da questão. Portanto, alternativa incorreta.

B – **Alternativa Correta:** Conforme Art. 3º, inciso II, “Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. O enunciado da questão define área de preservação permanente exatamente nos termos do dispositivo legal supracitado. Portanto, alternativa correta.

c) **Alternativa Incorreta:** Conforme Art. 3º, inciso IV, “área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio

d) **Alternativa Incorreta:** Não condiz com o descrito no enunciado da questão, pois a área verde urbana está associada também a práticas de atividades de recreação, lazer e bem-estar das populações urbanas. Portanto, alternativa incorreta.

e) **Alternativa Incorreta:** Conforme Art. 3º, inciso III, “Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade

ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Não condiz com o descrito no enunciado da questão. Portanto, alternativa incorreta.

Alternativa correta: “b”.

- 20. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado)** Segundo a Lei n.º 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a unidade de conservação que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico é denominada
- estação ecológica.
 - monumento natural.
 - parque nacional.
 - refúgio de vida silvestre.
 - reserva biológica.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “c”. Está correta, pois é a própria definição da espécie de UC Parque Nacional, prevista no Art. 11 da Lei SNUC.

Alternativa “a”: Está errada, pois a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo proibida a visitação pública, exceto quando o objetivo for educacional.

Alternativa “b”: Está errada, pois o Monumento Natural tem como objetivos preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

Alternativa “d”: Está errada, pois o Refúgio da Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais em que se asseguram condições para existência ou reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória.

Alternativa “e”: Está errada, pois a Reserva Biológica tem como objetivos preservar biota e demais atributos naturais existentes nos seus limites, sem interferência humana, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural.

- 21. (CEBRASPE – 2024 – PC/PE – Delegado)** Nos termos da Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal), a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, bem como facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, é denominada
- Amazônia Legal.
 - área de preservação permanente.
 - área rural consolidada.
 - área verde urbana.
 - reserva legal.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta: “b”. Está correta, pois está definida está contida no inciso II do artigo 3º, do Código Florestal, segundo o qual Área de Preservação Permanente

– APP é área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Alternativa “a”: Está errada, pois nos termos do artigo 3º, inciso I, do Código Florestal, consiste Amazônia Legal os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

Alternativa “c”: Está errada, pois de acordo com o artigo 3º, inciso IV, do Código Florestal, área rural consolidada é a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pouso.

Alternativa “d”: Está errada, pois nos termos do artigo 3º, inciso XX, do Código Florestal, área verde urbana são espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

Alternativa “e”: Está errada, pois nos termos do artigo 3º, inciso III, do Código Florestal, Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

22. (FGV – Delegado de Polícia – PC – AM/2022) De acordo com a Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dentro do Grupo das Unidades de Uso Sustentável, aquela definida como área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, é chamada de

- a) Estação Ecológica.
- b) Reserva Biológica.
- c) Floresta Nacional.
- d) Parque Nacional.
- e) Área de Proteção Ambiental.

COMENTÁRIOS

Alternativa correta “c”: Dispõe o art. 14 da Lei n. 9.985/00 que “Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I – Área de Proteção Ambiental; II – Área de Relevante Interesse Ecológico; III – Floresta Nacional; IV – Reserva Extrativista; V – Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural. A Floresta Nacional, segundo o artigo 17 da lei, é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica,

com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Alternativa “a”: Está errada, pois a Estação Ecológica é uma Unidade de Proteção Integral e tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, nos termos do artigo 9º da Lei n. 9.985/00.

Alternativa “b”: Está errada, pois a Reserva Biológica é uma Unidade de Proteção Integral e tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais, nos termos do artigo 10 da Lei n. 9.985/00.

Alternativa “d”: Está errada, pois o Parque Nacional é uma Unidade de Proteção Integral e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, nos termos do artigo 11 da Lei n. 9.985/00.

Alternativa “e”: Está errada, pois a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, nos termos do artigo 15 da Lei n. 9.985/00.

Alternativa correta: letra “c”.

23. (Vunesp – Delegado de Polícia – PC – BA/2018) Nos termos do disposto na Lei nº 12.651/2012, assinale a alternativa correta.

- a) Não é permitido, em qualquer hipótese, o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente.
- b) Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei, nas Áreas de Preservação Permanente.
- c) Não poderá ser autorizada, em qualquer hipótese, a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas, nas Áreas de Preservação Permanente.
- d) Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
- e) Será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Segundo o artigo 9º, do Código Florestal “É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental”.

Alternativa “b”: É o que prevê o artigo 8º, §4º, do Código Florestal: “Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei”.

Alternativa “c”: nos termos do artigo 8º, § 1º do Código Florestal “a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública”.

Alternativa “d”: Reza o art. 12, § 6º, que “Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal”.

Alternativa “e”: Determina o artigo 12, § 8º, que “Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias”.

Alternativa correta: letra “b”.

24. (Cespe – Delegado de Polícia – PC – SE/2018) Renato e Gabriel fundaram, em 2015, a empresa Camarões do Manguê Ltda., que visava a exploração da carcinicultura — criação de crustáceos — exclusivamente em área rural de manguezais de um estado federado. No referido ano, eles instalaram viveiros de grande porte e passaram a exercer atividade econômica muito lucrativa. Após três anos de atividade, os sócios perceberam que não detinham licença ambiental para o exercício da atividade.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

24.1. A referida licença ambiental deveria ter sido requerida ao IBAMA antes do início das atividades da empresa, visto que se trata de atividade econômica de grande porte.

COMENTÁRIOS

Dispõe o art. 11-A do Código Florestal que “A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apícuos e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: (...) III – licenciamento da atividade e das instalações pelo órgão ambiental estadual, cientificado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e, no caso de uso de terrenos de marinha ou outros bens da União, realizada regularização prévia da titulação perante a União. Assim, o equívoco da assertiva é que a competência para o licenciamento da atividade em questão é do órgão estadual e não do IBAMA. Portanto, está errada.

Alternativa correta: “errado”.

24.2. A atividade econômica exercida pela referida empresa é ilegal, sendo vedada pelo Código Florestal a exploração econômica da área de manguezal que é uma área de reserva legal.

COMENTÁRIOS

Dispõe o artigo 4º do Código Florestal que: “Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: (...) VII – os manguezais, em toda a sua extensão”. Assim, a assertiva está incorreta pois a área de manguezal é uma área de preservação permanente e não uma reserva legal.

Alternativa correta: “errado”.

24.3. Se a área de manguezal da atividade de carcinicultura da empresa fosse urbana em vez de rural, não haveria ilegalidade: nessa situação, a área seria tipificada como área

de preservação permanente urbana e comportaria a referida atividade.

COMENTÁRIOS

A localização da empresa, seja na área urbana ou rural é indiferente, pois nos termos do art. 4º do Código Florestal “considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: (...) VII – os manguezais, em toda a sua extensão”. A discussão aqui é atinente à possibilidade de intervenção ou supressão de vegetação em área de APP. O art. 8º, § 2º traz as hipóteses excepcionais: “A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 4º, poderá ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda”. No caso, a atividade de carcinicultura não se enquadra na hipótese excepcional, **razão pela qual não é permitida no local. Assim, o enunciado está incorreto.**

Alternativa correta: “errado”.

24.4. A empresa Camarões do Manguê Ltda. e seus sócios responderão objetivamente pela reparação de eventuais danos causados à área de manguezal no exercício irregular da atividade durante três anos.

COMENTÁRIOS

A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, conforme previsão do artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, que assim dispõe: “Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”. Portanto, a empresa Camarões do Manguê Ltda. e seus sócios responderão objetivamente pela reparação de eventuais danos causados à área de manguezal no exercício irregular da atividade.

Alternativa correta: “correta”.

24.5. Conforme a jurisprudência do STF, a empresa em questão não responderá na esfera penal pelo crime de funcionamento sem licença ambiental, caso seus sócios, pessoas físicas, sejam absolvidos do mesmo crime.

COMENTÁRIOS

A questão foi tratada no Recurso Extraordinário (RE 548181/PR) de 6/8/2013, de relatoria da Ministra Rosa Weber: “É admissível a condenação de pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, ainda que absolvidas as pessoas físicas ocupantes de cargo de presidência ou de direção do órgão responsável pela prática criminosa. (...) Ao se condicionar a responsabilização da pessoa jurídica à física, estaria ocorrendo a subordinação da responsabilização jurídico-criminal do ente coletivo à efetiva condenação da pessoa física, o que não seria objetivo previsto no mandamento constitucional de criminalização contido no § 3º do art. 225 da CF/88”. Portanto, a empresa em questão responderá na esfera penal pelo crime de funcionamento sem licença ambiental, ainda que seus sócios, pessoas físicas, sejam absolvidos do mesmo crime.

Alternativa correta: “errado”.

24.6. Os sócios Renato e Gabriel responderão na esfera penal pelo crime de funcionamento sem licença ambiental, podendo ser condenados a até seis meses de detenção.

COMENTÁRIOS

Há previsão legal da prática cometida pelos sócios Renato e Gabriel no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais: aquele que constrói, reforma, amplia, instala ou faz funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, está sujeito a pena de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Alternativa correta: “correta”.

24.7. A empresa Camarões do Mangue Ltda. não será responsabilizada penalmente pela atividade ilegal de carcinicultura em manguezais caso os sócios tenham desviado todos os lucros da empresa, não gerando, com isso, nenhum benefício à entidade.

COMENTÁRIOS

Dispõe o art. 3º da lei de crimes ambientais que “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”. Assim, caso não haja benefício ou interesse da entidade organizacional, não haverá responsabilidade criminal da referida empresa por expressa previsão legal.

Alternativa correta: “correta”.

25. (Cespe – Delegado de Polícia – GO/2017) A respeito da legislação que trata da proteção das florestas e das unidades de conservação, assinale a opção correta.

- O imóvel rural pode tornar-se reserva particular do patrimônio natural a partir do interesse do proprietário, mediante edição de lei municipal e após a concordância do órgão ambiental local.
- Desde que haja autorização pelo órgão ambiental estadual, admite-se a exploração econômica mediante o manejo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural ou urbano localizado em área de preservação permanente.
- Com vistas à regularização ambiental, a reserva legal do imóvel rural localizado na Amazônia Legal poderá ser reduzida para até 50% da propriedade mediante autorização do órgão ambiental estadual, se o proprietário demonstrar a sustentabilidade do seu projeto de uso alternativo do solo.
- Devem constar no Cadastro Ambiental Rural a identificação do proprietário ou possuidor do imóvel e a comprovação da propriedade ou posse, apesar de o cadastramento não constituir título de reconhecimento de posse ou propriedade.
- O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza classifica essas unidades em três grupos ou categorias, com características e objetivos específicos: as unidades de proteção integral, as unidades de uso sustentável e as unidades de preservação permanente.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Está incorreta. O artigo 21 da Lei n. 9.985/00 dispõe que “a Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. § 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis”.

Alternativa “b”: Está errada. O artigo 52 da Lei n. 12.651/12 dispõe que “a intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º, excetuadas as alíneas b e g, quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º, dependerão de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no CAR”.

Alternativa “c”: Está incorreta. O art. 13 da Lei n. 12.651/12 diz que “quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual, realizado segundo metodologia unificada, o poder público federal poderá: I – reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos”.

Alternativa “d”: A Lei n. 12.651/12, em seu artigo 29, § 1º dispõe que “a inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural: I – identificação do proprietário ou possuidor rural; II – comprovação da propriedade ou posse; (...) § 2º O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, tampouco elimina a necessidade de cumprimento do disposto no art. 2º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Alternativa “e”: Está incorreta. A Lei n. 9985/2000, em seu artigo 7º elenca que “as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I – Unidades de Proteção Integral; II – Unidades de Uso Sustentável”.

Alternativa correta: “d”.

5. RECURSOS HÍDRICOS

26. (FUNCAB – Delegado de Polícia – PA/2016) No que tange à Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa correta.

- Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, sendo vedada eventual renovação.
- O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão. Tem como um de seus princípios básicos para funcionamento a centralização da obtenção e produção de dados e informações na União.
- A Política Nacional de Recursos Hídricos é baseada em fundamentos e um deles é que em situações de

escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

- d) A outorga de direitos de uso de recursos hídricos, por viabilizar o uso de recursos hídricos, implica a alienação parcial das águas.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Pois, apesar de estar correto que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, o art. 16 da Lei Federal 9.433/1997 prevê que o direito de outorga é renovável.

Alternativa “b”: Pois o art. 26, I, da Lei Federal 9433/1997 estabelece como um dos princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos a descentralização da obtenção e produção de dados e informações. Isto implica dizer que os dados e informações do sistema não são centralizados nos órgãos da União.

Alternativa “c”: O art. 1º, III, da Lei Federal 9433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, expressamente prevê como um de seus fundamentos que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

Alternativa “d”: O art. 1º, I, da Lei Federal 9433/1997, determina expressamente que a água é um bem de domínio público. Portanto, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos não implica a alienação parcial das águas, mas sim visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água pelos interessados, sem alterar o regime de domínio público das águas.

Alternativa “e”: A secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica não está entre as atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Relacionado com os Comitês de Bacias, são a atribuição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos (art. 35, VII, Lei Federal 9433/1997).

Alternativa correta: “c”.

6. RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL POR DANOS AMBIENTAIS/TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE

27. (FGV – 2025 – PC/MG – Delegado) Lucas, Delegado de Polícia, realizou operação policial em conjunto com servidores públicos que atuam na proteção do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, logrando constatar, em uma fazenda localizada no interior do referido ente federativo, a prática de crime ambiental. Registre-se que os agentes públicos verificaram a existência de diversas irregularidades envolvendo produtos e subprodutos da fazenda, animais vítimas de maus-tratos, produtos perecíveis e madeiras, além de encontrarem os instrumentos utilizados na prática da infração penal. Nesse cenário, no contexto da apreensão e destinação do produto e do instrumento de infração administrativa ou

de crime ambiental, considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, é incorreto afirmar que

- a) os animais serão prioritariamente entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, libertados em seu habitat.
- b) tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão esses avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins benéficos.
- c) os produtos e subprodutos não perecíveis da fauna serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.
- d) os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- e) verificada a infração, serão apreendidos os seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

COMENTÁRIOS

A – Alternativa Incorreta: Conforme Art. 25, §1º da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), “*Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados*”. O enunciado tratou de forma contrária ao que dispõe a Lei.

b) Alternativa Correta: Conforme art. 25, §3º da Lei de Crimes Ambientais: “*Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins benéficos*”. Comparando a alternativa com o que disposto na letra da Lei de Crimes Ambientais, a alternativa está correta. A alternativa apresentada retrata exatamente os termos do dispositivo legal supracitado.

c) Alternativa Correta: Conforme art. 25, §4º da Lei de Crimes Ambientais: “*Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais*”. Comparando a alternativa com o que disposto na letra da Lei de Crimes Ambientais, a alternativa está correta. A alternativa apresentada retrata exatamente os termos do dispositivo legal supracitado.

D – Alternativa Correta: Conforme art. 25, §5º da Lei de Crimes Ambientais: “*Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem*”. Comparando a alternativa com o que disposto na letra da Lei de Crimes Ambientais, a alternativa está correta. A alternativa apresentada retrata exatamente os termos do dispositivo legal supracitado.

e) Alternativa Correta: Conforme o caput art. 25 da Lei de Crimes Ambientais: “*Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos*”. Comparando a alternativa com o que disposto na letra da Lei de Crimes Ambientais, a alternativa está correta. A alternativa apresentada retrata exatamente o caput do Art. 25 do dispositivo legal supracitado.

Alternativa correta: “a”.

28. (FGV – 2025 – PC/MG – Delegado) Marcos, sócio da sociedade empresária XYZ, tomou ciência de que tramita, junto à Delegacia de Polícia de Mariana/MG, inquérito poli-